

CONTRATO REF.ª N.º 49_ GPENAPOR_2022

**Contrato Fornecimento e Implementação
Plataforma BPM Procurement**

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

UBIQUITY Technology, Lda

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sel. - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rel. - CP N.º 25, Cid. de
de Sal Rel - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 49_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 200487264/120061222, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

E

UBIQUITY Technology, Lda, com sede na Avenida da República, 754, 4430-190 Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, detentora do Capital Social de 100.000,00 euros (cem mil euros), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, NIPC n.º 510134696, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Frederico Mota Reis**, titular do NIF: 218441380, na qualidade de CEO, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Público Internacional (N.º 02_GPEnapor_2022) com vista ao fornecimento e implementação de um sistema BPM Procurement.
- b) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, no dia 30 de setembro de dois mil e vinte e dois, propor a adjudicação do contrato à proposta apresentada pela empresa UBIQUITY Technology, Lda. pondo assim termo ao Concurso Público Internacional N.º 02_GPEnapor_2022.
- c) A minuta do contrato de fornecimento foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respectivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto o **fornecimento e a implementação de uma plataforma BPM Procurement, que compreende o seguinte;**
 - Módulo Autenticação e autorização;
 - Módulo Gestão de workflows;
 - API Gateway;
 - Produção documental;
 - Interface com o Utilizador;
 - Módulo persistência informação;
 - Arquivo documental;
 - Auditoria;
 - Módulo geração de notificações;
 - Numerações e referências
2. O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado e pelos seus anexos I, II, III e IV que englobam os seguintes elementos:

- a) os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - b) o Caderno de Encargos;
 - c) a proposta adjudicada; e
 - d) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pela Segunda Outorgante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 2.^a
(Preço Contratual e Pagamento Emolumentos)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer e a instalar a plataforma BPM Procurement, pelo valor constante no ponto 3, sem direito a revisão de preços.
3. O preço contratual pelo fornecimento e instalação da plataforma BPM Procurement é de **175.500,00€** (cento e setenta e cinco mil e quinhentos euros).

Cláusula 3.^a
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. Com a disponibilização do licenciamento por parte da Segunda Outorgante a Primeira Outorgante compromete-se a pagar à quantia de **52.650,00 €** (cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta euros) correspondente a **30%** (trinta) por cento do valor referido no número 3 da Cláusula 2.^a e mediante a apresentação pela Segunda Outorgante, da respetiva fatura.
2. Com a disponibilização da infraestrutura aplicacional por parte da Segunda Outorgante, a Primeira Outorgante compromete-se a pagar à quantia de **35.100,00 €** (trinta e cinco mil e cem euros) correspondentes a **20%** (vinte) por cento do valor referido no número 3 da Cláusula 2.^a e mediante a apresentação pela Segunda Outorgante, da respetiva fatura.

3. Com a conclusão da implementação dos processos de Procurement por parte da Segunda Outorgante, a Primeira Outorgante compromete-se a pagar à quantia de **52.650,00 €** (cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta euros) correspondentes a **30%** (trinta) por cento do valor referido no número 3 da Cláusula 2.^a e mediante a apresentação pela Segunda Outorgante, da respetiva fatura
4. **O sucesso na conclusão e testes finais, de acordo com o plano projetado**, por parte da Segunda Outorgante, a Primeira Outorgante compromete-se a pagar à quantia de **35.100,00 €** (trinta e cinco mil e cem euros) correspondentes aos restantes **20% (vinte)** por cento do valor referido no número 3 da Cláusula 2.^a e mediante a apresentação pela Segunda Outorgante, da respetiva fatura.
5. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. As faturas e demais documentos poderão revestir a forma eletrónica, caso em que deverão ser remetidas à Primeira Outorgante através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, para o endereço concursos.procurement@enapor.cv

Cláusula 4.^a (Prazo)

A Segunda Outorgante obriga-se a fornecer e a implementar a Plataforma BPM Procurement no prazo máximo de **12 (doze) meses após a assinatura do presente contrato.**

Cláusula 5.^a (Coordenação e Representantes)

1. A Primeira e a Segunda Outorgantes designam, individualmente, um representante ao qual são conferidas as funções e competências necessárias para a correta e plena coordenação dos trabalhos objeto do presente contrato.



2. No cumprimento das respetivas atribuições e responsabilidades, cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objeto do presente contrato, cumprindo cada um as respetivas atribuições, com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais.

Cláusula 6.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e da regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Cláusula 7.^a
(Penalidades por violação do prazo de Entrega)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por si contratados no âmbito da execução do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades caso se verifique o atraso no fornecimento e implementação da Plataforma BPM Procurement.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
3. O valor da multa é calculado da seguinte forma:
 - a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
 - b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;

Cláusula 8.^a (Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas; e
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.

Cláusula 9.^a (Inspeção)

1. Uma vez concluído o processo de fornecimento e implementação da Plataforma BPM Procurement, a Primeira Outorgante procederá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a uma inspeção funcional, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante a fase de inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e os esclarecimentos necessários.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 10.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e, caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à sua retificação, no prazo de 10 (dez) dias, ficando exclusivamente a cargo da mesma quaisquer custos que daí advenham ou possam advir.

Cláusula 11.^a
(Aceitação)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade no decurso das inspeções referidas nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de receção, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Segunda Outorgante.

Cláusula 12.^a
(Garantia e Manutenção)

1. Com a assinatura do auto de receção a Segunda Outorgante assume, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a garantia e manutenção da Plataforma BPM Procurement pelo período de 12 (doze) meses.
2. O prazo de garantia e manutenção referido no número anterior, conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção.

3. Após o término do prazo constante no ponto 1 da presente cláusula o montante total com vista a manutenção para os próximos 12 (doze) meses e anos seguintes será de 33.345,00 € (trinta e três mil trezentos e quarenta e cinco e uros).

Cláusula 13.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
- b) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções emitidas pela Primeira Outorgante;
- c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no presente contrato, desde que a exigência pela Segunda Outorgante da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé; e
- d) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

Cláusula 14.^a
(Efeitos da resolução)

- 1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de uma indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a
(Notificações e Comunicações)

As Outorgantes efetuarão as notificações e/ou comunicações a que houver lugar no âmbito deste contrato por qualquer um dos seguintes meios:

Ubiquity Technology	Telefone: +351 225 400 105 Correio registado – Avenida da República, 754 4430-190 Vila Nova de Gaia – Porto Portugal Correio eletrónico – frederico.reis@ubiquity.pt ; jorge.ribeiro@ubiquity.pt
ENAPOR	Telefone: 238 230 75 00 Correio registado – ENAPOR, SA – Av. Maginal, C.P. 82, Mindelo, Rep. de Cabo Verde Correio eletrónico – jose.carvalho@enapor.cv ; maria.semedo@enapor.cv ; eliseu.silva@enapor.cv ; hamir.inocencio@enapor.cv

Cláusula 16.^a
(Resolução de litígios)

1. Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.
2. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal da Comarca de São Vicente, com expressa renúncia qualquer outro.

Cláusula 17.^a
(Contagem dos Prazos)

1. Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

Cláusula 18.ª
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil.

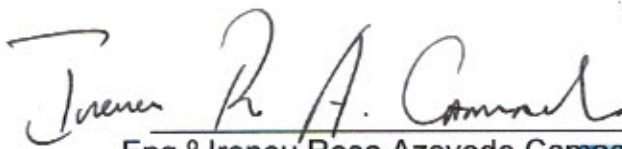
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes o **Anexo I, II, III e IV** que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 14.º dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA

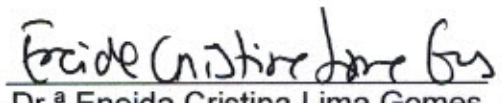


Eng.º Ireneu Rosa Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração



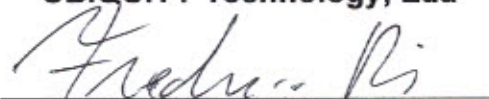
enapor

Portos de Cabo Verde



Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
UBIQUITY Technology, Lda



Eng.º Frederico Mota Reis
CEO



ANEXO I

Proposta Técnica – Referência BP226731 apresentada no dia 10 maio de 2022 com 41 páginas.

ANEXO II

Proposta Preço – Referência BP226731 apresentada no dia 10 maio de 2022 com 01 página.

ANEXO III

Plano de Projeto apresentada no dia 10 maio de 2022 com 07 páginas.

ANEXO IV

Plano de Testes apresentada no dia 10 maio de 2022 com 04 páginas

